



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Formação de Professores no ensino de Ciências e Matemática

Sinop, v. 8, n. 1 (21. ed.), p. 349-374, jan./jul. 2017

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO NORMAL DE JEQUIÉ: algumas considerações

Cleide Selma Pereira dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié/BA - Brasil

Janice Cassia Lando

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié/BA - Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta resultados da pesquisa de mestrado 'Formação Matemática no Curso Normal do Instituto de Educação Régis Pacheco-Jequié', cujo objetivo é interpretar a formação matemática dos discentes desse curso, no período de 1959 a 1971. Utilizou-se o estudo bibliográfico, a análise documental, depoimento escrito e oral. Os resultados evidenciam que o Instituto foi criado num contexto de desenvolvimento industrial, que ocasionou a ampliação da escolarização primária. No Curso Normal da referida instituição, a formação matemática dava ênfase ao ensino da aritmética, tendo em vista as necessidades do ensino primário.

Palavras-chave: História da Matemática. Escolar. Curso Normal. Ensino Primário.

1 INTRODUÇÃO

O quantitativo de estudos realizados em torno da formação docente tem crescido, especialmente os estudos que descrevem e interpretam o processo histórico de formação e profissionalização docente para o ensino primário, bem como o número de pesquisas que buscam conhecer como se deu o ensino da matemática em distintos momentos da história do país. Apesar da variedade de

estudos nessa área, não há pesquisas que interpretem como se constituiu a formação matemática dos discentes do Curso Normal em Jequié.

Sendo assim, partindo do pressuposto de que o passado encontra-se articulado com o presente, e o saber sobre a história se constitui como de fundamental importância para a compreensão do presente e das repercussões de acontecimentos passados na contemporaneidade, realizamos uma pesquisa cujo objetivo consiste em compreender como se constituiu a formação matemática dos docentes formados no Curso Normal do Instituto de Educação Régis Pacheco (IERP), localizado na cidade de Jequié.

O período escolhido para realizar a investigação é de 1959 a 1971, e esta escolha deve-se ao fato de que, de acordo com as informações coletadas, o Curso Normal do IERP teve início em 1959, tendo passado por alterações significativas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, mudando, inclusive, sua nomenclatura para Curso Magistério.

A abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada na perspectiva da história cultural que, de acordo com Chartier (1988), caracteriza-se pela conciliação de novos domínios de investigação com a fidelidade dos postulados da história social, e tem como objetivo compreender o modo como uma realidade é construída, considerando como os diferentes lugares e momentos repercutem na forma como a mesma é pensada e dada a ler.

Neste artigo, buscamos trazer resultados de nossa investigação a respeito da formação matemática dos discentes do Curso Normal, na qual fizemos uso da pesquisa bibliográfica, documental e de depoimento escrito e oral. O estudo documental é realizado de forma articulada com o estudo do contexto social, econômico e político da época. Além disso, alguns documentos locais são analisados levando-se em consideração as normatizações do contexto nacional em que o mesmo está inserido. O depoimento escrito é de Nina Rosa Braga Cardoso, professora aposentada do município de Jequié, que estudou no Curso Normal, no período de 1970 a 1972. O depoimento oral é de Anísia Rosa Tourinho Simões de Carvalho, estudante da primeira turma do Curso Normal do Ginásio de Jequié e docente da disciplina Desenho Aplicado, no Curso Normal do IERP.

Ao refletirmos a respeito da história da Escola Normal, constatamos que a mesma surgiu após a proclamação da república, quando se percebeu a necessidade

de investir em formação de professores para que a sociedade fosse instruída e, assim, tornasse possível a escolarização de um maior número de pessoas, no intuito de possibilitar a construção de uma nação e modernização do país. Na Bahia, a criação das Escolas Normais teve como principal objetivo promover a escolarização da população rural, através do acesso à cultura, por intermédio das escolas primárias (KULESZA, 1998).

A proliferação das escolas primárias ocorre simultaneamente à expansão e desenvolvimento dos Cursos Normais e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento da profissão docente, pois, a partir da institucionalização dos Cursos Normais, foi dada a responsabilidade a um grupo de sujeitos de ensinar às crianças os conhecimentos considerados essenciais à formação das mesmas, bem como de inculcar nos indivíduos os valores e comportamentos aceitos culturalmente (TANURI, 2000).

Considerando o que propôs essa pesquisa, é imprescindível conhecermos como se deu o ensino da matemática nas décadas de 1950 a 1970, para compreendermos a formação matemática dos discentes do Curso Normal, no período de 1959 a 1971, pois, em consonância ao que afirma Búrigo (2006), os currículos escolares são construções sociais, e o lugar ocupado pelas disciplinas deve ser compreendido num contexto em que os conhecimentos abordados contam com amplo reconhecimento social.

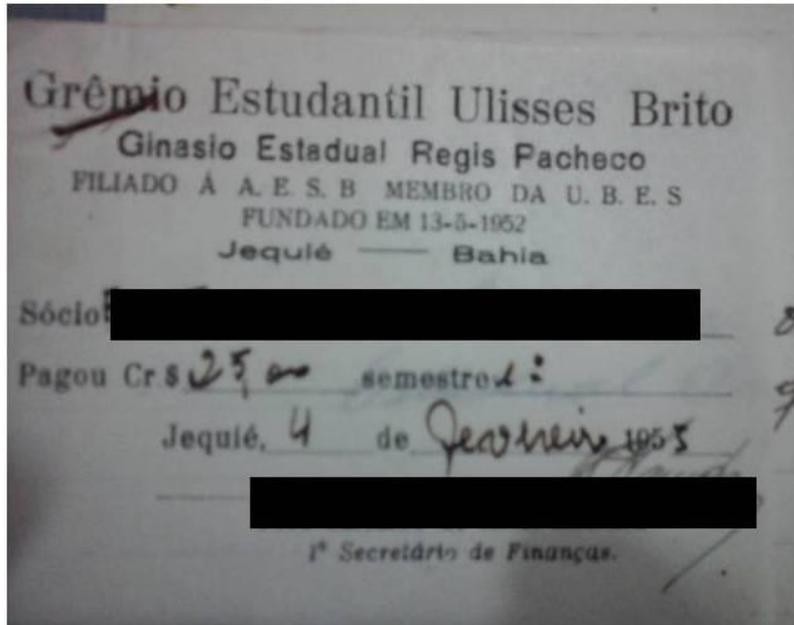
Sendo assim, trazemos, inicialmente, uma discussão sobre o Curso Normal do IERP. Em seguida, uma exposição sobre o ensino da matemática no referido curso, nas décadas de 1950 a 1970, e, por fim, trazemos algumas considerações sobre o assunto abordado.

2 O CURSO NORMAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RÉGIS PACHECO

O Instituto de Educação Régis Pacheco foi fundado em 13 de maio de 1952, conforme podemos ver na imagem I, retirada da pasta dos alunos concluintes do ginásio, no ano 1955. Inicialmente o Instituto recebeu o nome de Ginásio Estadual Régis Pacheco, nomenclatura que mudou conforme foram inseridos outros cursos no ginásio, e, assim, passou a denominar-se Instituto de Educação Régis Pacheco. Atualmente o colégio recebe a denominação de Centro Estadual de Educação

Profissional em Gestão e Tecnologia da Informação Régis Pacheco (CEEP Régis Pacheco).

Imagem 01 – Recibo de pagamento de sócio ao Grêmio Estudantil



Fonte: CEEP Régis Pacheco, 1952.

O Instituto de Educação Régis Pacheco iniciou suas atividades em um cenário de mudanças políticas e de crescimento econômico; na educação ocorria a expansão de escolas públicas. De acordo com Tavares (2001, p. 460), um ano antes do início da construção do IERP, “Otávio Mangabeira tomou posse do governo do estado da Bahia, encontrando-o pobre, atrasado e ferido por sucessivas interventorias do Estado Novo”. Entre os problemas encontrados pelo Governador, o autor destaca o alto custo de vida e a falta de escolas, hospitais, estradas, portos marítimos e fluviais, navios e estradas de ferro. Nessa época, a capital era refúgio de milhares de famílias que saíam do interior em busca de melhores condições de vida e acarretava, assim, uma série de problemas ocasionados pela superlotação. Otávio Mangabeira contou com o auxílio dos militares para contornar a situação; na educação o mesmo entregou a Secretaria de Educação e Saúde a Anísio Teixeira.

Dias (2011) afirma que até a década de 1950 havia uma única instituição de ensino secundário na Bahia, o Ginásio da Bahia, localizado em Salvador, no interior havia apenas escolas primárias. Quando Anísio Teixeira assumiu pela segunda vez a Secretaria de Educação do Estado, em 1948, o mesmo promoveu inovações e

realizações que trouxeram significativas mudanças no Estado da Bahia. Tavares (1926, p. 461) destaca que:

Em um ano de governo estavam em construção 258 novos prédios escolares. Símbolo do ensino secundário em todo o estado, o centenário Ginásio da Bahia, sucessor do Liceu Provincial, cresceu para cinco novos centros: Central, Liberdade, Itapagipe, Nazaré e Brotas. [...] Em quatro anos de trabalho, passaram a existir na Bahia escolas de nível elementar, ginásios e colégios de nível secundário que se distanciavam dos anteriores não só em instalações, prédios e salas de aulas, mas, sobretudo no professorado concursado em títulos e provas escritas e orais, em boa parte diplomados pela faculdade de filosofia, Ciências e letras da jovem Universidade Federal da Bahia.

Embora a construção do IERP tenha iniciado no governo de Mangabeira, sua inauguração só se deu no governo estadual de Luís Régis Pacheco Pereira¹ e de Getúlio Vargas, este na presidência, os quais assumiram o poder em janeiro de 1951, num contexto de oposições declaradas. Araújo (1997) destaca que Anísio Teixeira², enquanto Secretário da Educação, interveio de forma inteligível na compra do terreno destinado à construção do ginásio, em contraposição ao que advogava o Governo do Estado, pois já vislumbrava a expansão da cidade. Além disso, Anísio Teixeira teve também que confrontar alguns vereadores que na época se opuseram à construção do ginásio, sob o pretexto de que prejudicaria o ensino particular³. Em concordância com Anísio Teixeira, o prefeito Newton Pinto⁴ efetuou a compra do

¹Nasceu em Salvador, no dia 25 de novembro de 1895. Formou-se, em 1919, em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Assumiu vários cargos públicos, entre eles o de vereador de Conquista (1934-1937), deputado estadual da Bahia (1946) e governador da Bahia (1951-1954). (ABREU, 2010).

²Nasceu em Caetité, em 12 de julho de 1900. Bacharel em direito, em 1924 assume a Direção da Instrução Pública. Em 1925 viaja para a Europa e visita várias cidades da Espanha, Itália, Bélgica e França, em 1927 vai para os Estados Unidos, em 1928 cursa uma pós-graduação na Universidade de Columbia, nessas viagens Anísio é influenciado por John Dewey e se torna dinamizador de suas teorias no Brasil. De 1931 a 1935 assumiu a Direção Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1947 se tornou Secretário da Educação do Estado da Bahia, permanecendo no cargo até 1951. De 1952 a 1964 atuou como Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Desapareceu no dia 11 de março de 1971 e é encontrado morto no fosso de um elevador no dia 14 do mesmo mês (COUTINHO, 2010).

³O autor se refere ao Curso Normal oferecido pela Escola Normal do Ginásio de Jequié, conhecido como Ginásio dos Padres, uma escola particular que fundou o Curso Normal anteriormente à construção do IERP. Na pesquisa documental foram encontrados alguns documentos dessa escola, os quais servirão como subsidio para interpretar como se deu o processo de formação no Curso Normal, considerando a amplitude de abrangência de alguns documentos que nortearam a prática educativa do Ginásio dos padres e as normas e valores morais da época.

⁴Nasceu em 1911, em Santo Antônio de Jesus, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1934. Assumiu o mandato de prefeito de Jequié pelo Partido Libertador - PL, 1947-

terreno conforme desejava aquele e iniciou as obras do Colégio Estadual Régis Pacheco (ARAÚJO, 1997).

Em 1956, Juscelino Kubitschek⁵ e João Goulart⁶ assumem a presidência do país, como presidente e vice, respectivamente, e procuram implementar o programa de fazer o Brasil crescer 50 anos em 5, intensificando, assim, a necessidade de ampliar e melhorar a qualidade do ensino. Nesse contexto, no âmbito educacional, as décadas de 1940 a 1950 foram marcadas pela promulgação da Constituição de 1946, que institui a escolarização primária como obrigatória e gratuita para todos; das Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas como Reforma Capanema; pelo segundo manifesto⁷; tramitação da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi promulgada em 1961; e um alto índice de analfabetismo no país (RIBEIRO, 1992).

É importante destacar que, em 1940, tínhamos um percentual de 56% de analfabetos e, em 1950, esse número representava um total de 50,5% de analfabetos da população brasileira, mesmo diante do crescente quantitativo de docentes e de ampliação de escolas públicas. Desse modo, o IERP se constituiu como uma intervenção do poder público no intuito de diminuir o índice de analfabetismo e a crise econômica do Estado, uma vez que o mesmo se destinaria à formação docente para o ensino primário. Esse índice veio a diminuir nas décadas de 1960 e 1970, a qual passou a representar um percentual de 39,4% e 33,6%, respectivamente, de analfabetismo na população de quinze anos ou mais.

Dias e Brito (2015) afirmam que o Colégio Estadual Régis Pacheco se (RIBEIRO, 1992).constituiu em um marco histórico em Jequié, pois, até o momento

1951; suplente de deputado estadual, pelo Partido Social Democrático - PSD, 1951-1955, efetivou-se em fevereiro de 1955; eleito deputado estadual pelo PL, 1959-1963 (ALBA, 2016).

⁵ Nasceu em Diamantina, Minas Gerais, no dia 12 de setembro de 1902. Exerceu a presidência no período de 1956 a 1961. Faleceu, em 1976, em desastre automobilístico (PANTOJA, 2010).

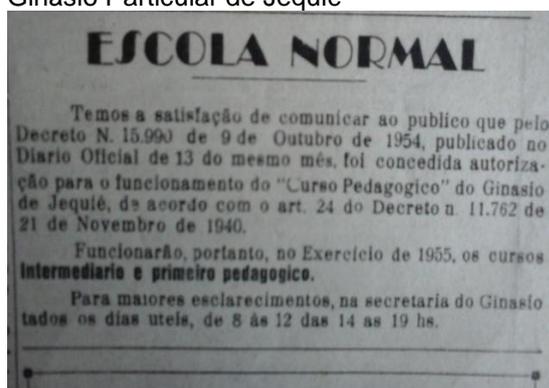
⁶ João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS), no dia 1º de março de 1919, apelidado de Jango. Em janeiro de 1956 assume a vice-presidência e, devido a um dispositivo constitucional, assume também a presidência do Senado. Em janeiro de 1961 inicia um novo mandato como vice-presidente, e em 07 de setembro do corrente ano é empossado como presidente diante da renúncia de Jânio Quadros, após um momento conturbado de oposições à sua posse (FERREIRA, 2010).

⁷ Constituiu-se em um documento publicado em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, no Boletim do Centro Regional de Pesquisas de São Paulo, na Revista Educação e Ciências Sociais e na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1959. A discussão desse documento parte de uma crítica à situação da educação do país, propõe o cumprimento da constituição de 1946 com relação à necessidade de fixar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a obrigatoriedade do poder público em ministrar a educação popular, partindo do pressuposto que a experiência local e internacional revelou que a educação pública, leiga, universal e gratuita era a única via de promoção e garantia da democracia (VEIGA, 2007).

de sua fundação, a cidade tinha pouquíssimas escolas de educação primária. Além disso, destacam que o Instituto proporcionou às mulheres da cidade, principalmente as das classes menos favorecidas, uma possibilidade de ascensão intelectual e também uma oportunidade de atuar na docência, oferecendo-lhes uma maior perspectiva de vida, ao permitir darem continuidade aos estudos e ingressarem no mercado de trabalho. É pertinente destacar que, de acordo com Rocha (2008), apesar de as Escolas Normais serem pensadas, a princípio, para a qualificação do público masculino, no processo de transição do regime imperial para o período republicano houve um processo de feminização nas Escolas Normais, o que contribuiu para a inclusão da mulher na escola e no mundo do trabalho, pois o direito à educação, adquirido a partir de 1827, foi se ampliando à medida que os baixos salários ofertados para o exercício da docência no ensino primário repercutiam na recusa desta profissão por parte do público masculino.

Diante da obrigatoriedade da educação primária por parte do Estado, bem como partindo do pressuposto de que para garantir o fornecimento da escolarização primária, conforme defendia a Constituição de 1946, fez-se necessário investir em formação docente para este nível de ensino. Assim, foi viabilizado o oferecimento de cursos gratuitos de formação docente para o ensino primário, atendendo ao que estabelece a referida lei quanto à possibilidade de estender a gratuidade do ensino primário ao ensino posterior. Em Jequié, o Curso Normal foi autorizado em 1954, conforme evidencia o comunicado abaixo, publicado no Jornal Jequié, em 9 de fevereiro de 1955.

Imagem 02 – Comunicado sobre autorização para funcionamento do Curso Normal do Ginásio Particular de Jequié



Fonte: Jornal Jequié. Ano 9, n.º 448.

Publicado em 9 de fevereiro de 1955.

A informação da citação acima se refere ao primeiro Curso Normal de Jequié, ofertado no Ginásio de Jequié, uma instituição de ensino particular conhecida como Ginásio dos Padres. Como podemos observar, é evidente que o Curso Normal em Jequié foi regulamentado, inicialmente pelo Decreto n.º 11.762, de 21 de novembro de 1940, pois, no ano de 1955, esse decreto continuava vigente. O Decreto n.º 11.762, de 21 de novembro de 1940 dispõe sobre a estrutura administrativa do ensino no Estado da Bahia, o mesmo decreta que todas as escolas normais devem ministrar instruções de ordem aos seus alunos, como treinamento para comemorações e paradas cívicas; proíbe que docentes de ensino elementar lecionem no curso secundário ou pedagógico, submete o funcionamento das escolas à autorização da Secretaria da Educação e Saúde e a utilização de livros ao parecer do Conselho da Educação, dentre outras normatizações.

O Curso Normal do IERP também foi regulamentado pela Lei Orgânica do Ensino Normal, n.º 8.530 de 1946, pois, quando o mesmo foi fundado, essa Lei ainda estava em vigor. A mesma define como finalidades do Curso Normal a habilitação de administradores para escolas primárias, formação de docentes para essas escolas e desenvolvimento e propagação dos conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. Para ingresso dos estudantes no Curso Normal, a referida lei estabeleceu que os estudantes tivessem “a idade mínima de 13 anos e máxima de 25; ter nacionalidade brasileira; apresentar sanidade física e mental e não possuir deficiências e distúrbios funcionais que pudessem comprometer as futuras atividades docentes”; além de lograr aprovação no Exame de Admissão e ter bom comportamento no grupo social.

Na década de 1960, o Curso Normal na Bahia é normatizado pela a Lei 2.463 de 1967, que estabelece como exigência para diplomação de regentes e professores primários a realização, de forma simultânea ao curso seriado, de um estágio supervisionado de 120 horas.

Com relação ao Exame de Admissão, é pertinente indicar que este foi instituído inicialmente como um pré-requisito para o ingresso no Colégio Pedro II, por intermédio do Decreto n.º 4.468 de 1º de fevereiro de 1870, vindo, posteriormente, a ser regulamentado pelo Decreto n.º 981 de 8 de novembro de 1890. Com a Reforma Francisco Campos, os exames de admissão ao ginásio tornaram-se obrigatórios em todas as escolas secundárias oficiais do Brasil, por

intermédio do Decreto n.º 19.890/31, e foram extintos somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 5692/71 (AKSENEN, 2013)

A partir de entrevista com uma ex-professora do Curso Normal do IERP, de informações obtidas nas pastas dos alunos do curso e em jornal da cidade, publicado no ano 1962, o qual afirma que a primeira formatura do Curso Normal da referida instituição aconteceu no ano de 1961, constatamos que o referido curso foi implementado no ano 1959. Como se trata de um período relativamente próximo ao ano em que se iniciou o Curso Normal do Ginásio dos Padres, acreditamos que, entre as décadas de 1960 até 1970, o curso foi regido pelas legislações apontadas anteriormente.

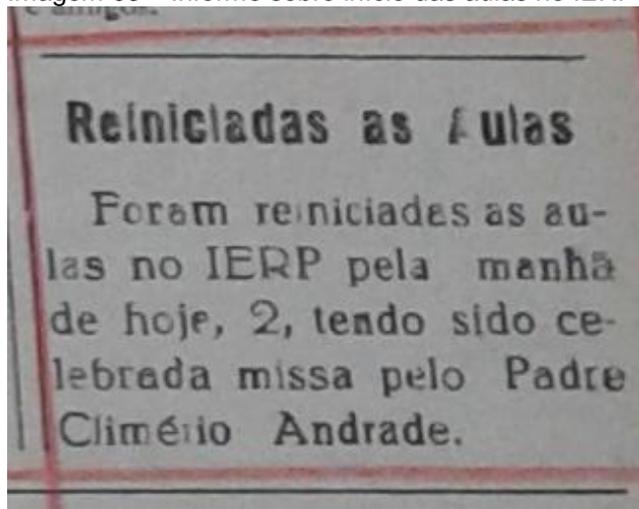
Outro aspecto relevante que não pode passar despercebido ao discutirmos sobre formação docente refere-se à formação moral desses sujeitos, pois por intermédio da moral são estabelecidas regras que visam a contribuir com um ideal de cidadão que a escola deve formar; daí a necessidade de se exigir dos docentes uma boa conduta moral, a fim de que esta contribua com a concretização dos ideais propostos para a educação de distintas camadas sociais, pois um professor que não atenda a tais requisitos propostos pode ser considerado como uma ameaça à ordem do sistema. Nesse sentido, Nóvoa (1995, p. 16) afirma que:

A elaboração de um conjunto de normas e de valores é largamente influenciada por crenças e atitudes morais e religiosas. [...] mesmo quando a missão de educar é substituída pela prática de um ofício e a vocação cede o lugar à profissão, as motivações originais não desaparecem. [...] nas décadas de viragem do século XIX para o século XX, a época gloriosa dos Congressos de Professores que constituíram verdadeiros "laboratórios de valores comuns", sente-se a perpetuação de um ideário colectivo onde continuam presentes as origens religiosas da profissão docente.

Dessa forma, é pertinente ressaltar que a moral sempre esteve orientando a ação docente, se tornando por muitos anos um instrumento de controle ideológico da Igreja e, posteriormente, do Estado. A preocupação com a formação moral dos docentes pode ser constatada no Decreto n.º 11.762, de 1940, quando este afirma, em seu artigo 42, que o Conselho de Educação não poderá deliberar sobre reabilitação de regentes do magistério que, dentre outras exigências legais, não comprovarem boa saúde e perfeita conduta moral e social.

A imagem extraída do jornal Jequié em 1962 (Imagem 03), evidencia que a reivindicação do manifesto de 1932, quanto à laicização da escola, não foi atendida, visto que a igreja continuou a fazer parte do contexto escolar, negando, de certa forma, a diversidade religiosa presente no espaço escolar, pois buscava inculcar valores que não eram coerentes com os de outras religiões.

Imagem 03 – Informe sobre início das aulas no IERP



Fonte: Jornal Jequié. Ano 16, n.º 761.
Publicado em 02 de abril de 1962.

A inserção da igreja no processo de formação docente também se manifesta nas notícias de formaturas dos professores publicadas nos jornais da cidade, como por exemplo, a notícia intitulada Ecos da formatura da Escola Normal do C.E.R.P.:

Revestiram-se de um brilho invulgar as solenidades de formatura da primeira turma de professorandos do Curso Pedagógico, mantido pelo Colégio Estadual de Jequié. Precisamente às 18 horas do dia 13 de dezembro na Igreja Matriz, realizou-se a missa em ação de graças, com três celebrantes, cantada pelo conjunto dos franciscanos do Convento da Piedade, que deixou a capital do Estado, unicamente para esse fim. [...] Por volta das 21:30 horas no Cine Jequié, presentes a congregação, o representante do Secretário da Educação, Pe. Francisco Pinheiro Lima, o representante do prefeito da cidade, Dr. Milton Rabelo e representante do patrono, Dr. Washington N. Pinto, Dr. Newton Pinto de Araújo, vice-presidente da Assembléia Legislativa, autoridades diversas e pessoas gradas, os professorandos, precedidos de sua paraninfa Teresinha de Queiroz Leal Paranhos entraram no salão sob os mais entusiásticos aplausos da numerosa assistência, palmilhando um tapete coberto de rosas que simbolizava a entrada florida para a vida, o caminho para a glória, concretizada no momento pela conquista dum diploma de professor... (Jornal Jequié, 1962, p. 3).

Constatamos, portanto, que no ato cerimonial estavam sempre presentes os padres e religiosos renomados da época, e alguns jornais revelam que as cerimônias eram realizadas na Igreja Matriz da cidade. Os anúncios de formaturas de professores na década de 1960 também evidenciam que os docentes tinham uma grande relevância social, e a formação dos professores se constituía em uma grande conquista, pois nas cerimônias se faziam presentes vários políticos do Estado e pessoas de prestígio social. Além disso, alguns dos jornais da época sempre traziam uma entrevista relâmpago com as estudantes dos Cursos Normais, demonstrando, assim, o prestígio social que tais estudantes tinham para a sociedade.

Imagem 04 – Entrevista relâmpago com discente do Curso Normal⁸



Fonte: Jornal Jequié. Ano 17, n.º 420.
Publicado em 09 de novembro de 1963.

⁸ Transcrição do texto da imagem 04: Tópicos da Semana: Luís Cotrim/ Entrevistinha Relâmpago/ Nome que todos sabem: Olga/ Agora no 3º ano do Curso Normal, morena, esbelta, inteligente e bonita./ Outra qualidade: irmã de Cida/Cabelos pretos, corridos, agora cortados. Muito estimada na classe e muito jovial./ Trio: Zuleide, Valdete e Mirian/ Você tem planos, Dora?/ "Estudo, amo e quero ser feliz".

As colaboradoras afirmam que no período em que fizeram o Curso Normal, o professor:

(01) Nina Rosa Braga Cardoso: Era visto como sendo de grande relevância, pois se entendia a relevância docente em Jequié, pois o mesmo era fundamental para a formação moral e intelectual dos alunos e para exercer qualquer profissão deveria passar primeiramente pelas mãos do professor – nome verídico.

(02) Anísia Rosa Tourinho Simões de Carvalho: era visto como se fosse um padre e um juiz da cidade, era visto com todo respeito – nome verídico.

Essa relevância se explica, em parte, pelo fato de a escolarização se apresentar naquele contexto como uma necessidade do mercado de trabalho, e ao professor cabia não somente o ensino dos conteúdos disciplinares, mas também da boa conduta moral, algo imprescindível para o processo de disseminação de ideologias propostas para a formação dos cidadãos que passariam a contribuir com o processo de desenvolvimento do país. Esse reconhecimento social consistiu em um dos aspectos que contribuiu para o processo de profissionalização docente (NÓVOA, 1995).

2.1 O ENSINO DA MATEMÁTICA NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970: uma breve abordagem

Segundo Valente (1999), a matemática surgiu no Brasil como um saber técnico e especializado destinado à preparação dos alunos para a arte da guerra a fim de guardar o Brasil de possíveis invasões. A princípio, só era exigido dos professores um saber técnico devido à falta de programas de formação de tais profissionais para o ensino de matemática. De acordo com Dias (2008), a partir da criação das Faculdades de Filosofia, as atividades matemáticas ganharam novos espaços institucionais e também uma nova posição científica, à medida que o matemático deixou de ser identificado como um engenheiro e passou a ter uma identidade com suas atividades regidas por um estatuto específico. A partir daí deu-se início a profissionalização docente para o ensino da matemática.

Na Bahia, de acordo com Dias (2011, p. 01), “a constituição da educação matemática ocorreu no contexto da organização do sistema estadual de ensino e da profissionalização dos professores de matemática”. Sendo assim, no início do século XX, os professores que lecionavam matemática nas escolas secundárias públicas e particulares tinham formação em cursos de engenharia na Escola Politécnica da Bahia. Quando Anísio Teixeira assumiu pela segunda vez a Secretaria de Educação do Estado, em 1948, a educação do Estado encontrava-se numa situação precária, então ele propôs uma série de medidas, no intuito de garantir autonomia e estabilidade organizativa, financeira e pedagógica para todos os níveis da educação, contudo, não conseguiu aprovação da Lei Orgânica da Educação pela Assembleia Legislativa, que defendia tais propostas, mesmo tendo sido aprovado o capítulo referente à Educação e Cultura na Constituição de 1947. (DIAS, 2011).

Em 1950, conseguiu inaugurar em Salvador um complexo de escolas classe e escolas parque que funcionariam em tempo integral, entretanto, só quando ingressou no cargo de Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Anísio Teixeira conseguiu recursos para investir nessas escolas e mantê-las em funcionamento até 1970. É nesse contexto de ampliação de escolas para incluir as massas sem, por outro lado, obter os recursos financeiros para atender às necessidades dessa universalização escolar, que se desenvolve a educação matemática na Bahia (DIAS, 2011).

Ressaltamos que, diante do processo de industrialização e modernização do país, o saber matemático, outrora reservado à formação da elite dominante, foi incorporado ao currículo escolar de outros níveis da educação mediante a constatação da necessidade desse conhecimento para o desenvolvimento do país. Nesse novo cenário, o ensino de matemática encontrou alguns desafios, entre os quais se destacaram a falta de capacitação dos docentes (BÚRIGO, 2006).

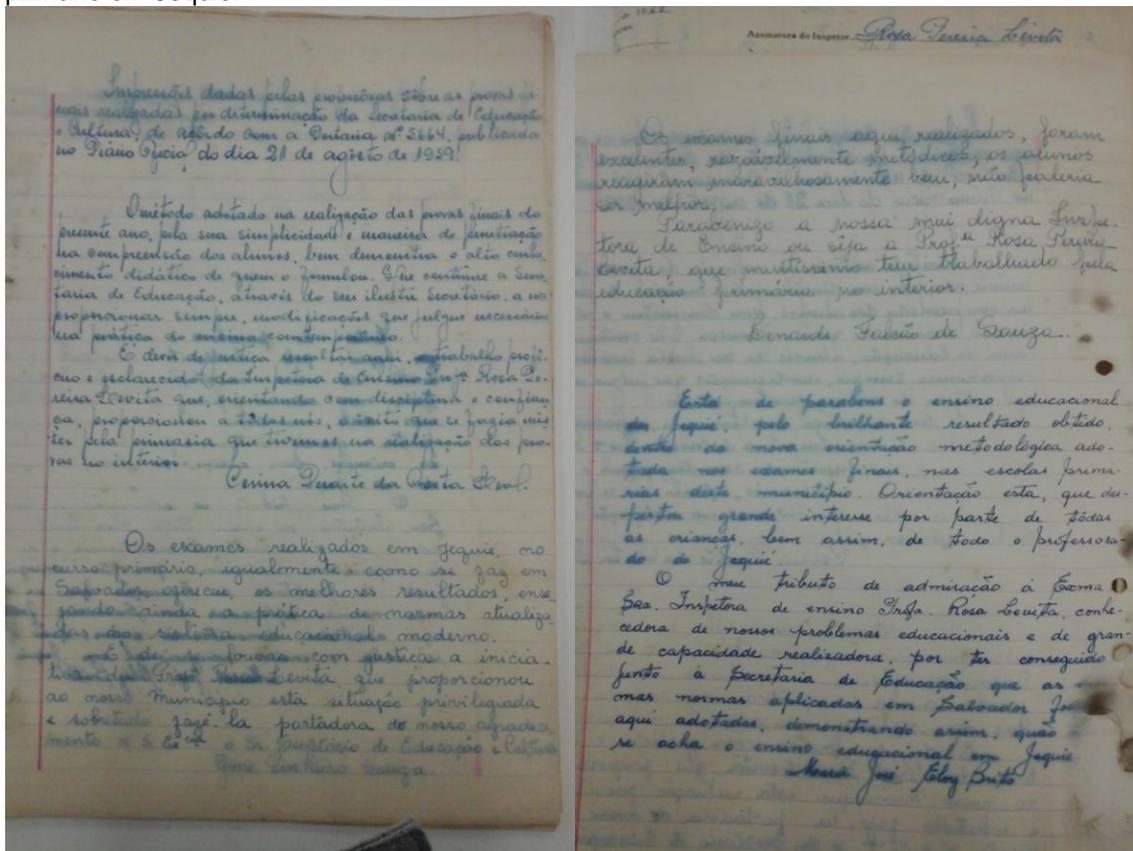
É pertinente destacar que as escolhas dos conteúdos a serem ensinados em cada período de ensino são frutos de uma disputa política, econômica e social, cujos interesses das classes mais favorecidas tentam se impor diante das necessidades das demais classes. Sendo assim, de acordo com Valente (1999), o saber matemático esteve, desde o princípio, atrelado a uma relação de poder que, conseqüentemente, acarretou uma série de concepções a respeito da matemática,

colocando-a como sendo de difícil compreensão para algumas pessoas, elitizando esse conhecimento e inculcando alguns mitos na sociedade.

O ensino da matemática no Brasil, na década de 1950 (época em que o Curso Normal do IERP foi fundado), era considerado insatisfatório. Assim, fortes críticas ao ensino tradicional da matemática, ao enfoque exagerado em cálculos e problemas complicados, ao ensino descontextualizado e longe da realidade dos estudantes, entre outras questões, contribuíram para a introdução do Movimento da Matemática Moderna no Brasil, por volta de 1960. Esse movimento tinha por objetivo se constituir em uma alternativa para que fossem superadas as dificuldades existentes no ensino tradicional, para tanto, buscou reformular o currículo quanto aos conteúdos matemáticos ensinados nas escolas e aproximar o ensino matemático trabalhado na educação básica com o desenvolvido nas universidades (SOARES, 2011).

Durante o processo de introdução do Movimento da Matemática Moderna no Brasil, Soares (2011) destaca que vários fatores contribuíram para modificar o ensino da disciplina, entre os quais: a realização de Congressos voltados para a reflexão do ensino de Matemática, que buscava ressignificá-lo a partir de uma discussão que se opunha ao ensino tradicional de fórmulas e teoremas sem sentido; a formação de Grupos de Estudos sobre a temática no intuito de discutir e refletir sobre o material didático; a formação de professores; a metodologia e o currículo, buscando romper com um ensino elitista e ineficaz que predominava e promover o interesse, a curiosidade e a aprendizagem da matemática. No ensino primário também houve propostas de mudanças no ensino da matemática, conforme podemos observar nas impressões das professoras com relação aos exames realizados no ensino primário em Jequié.

Imagem 05 - Impressões das professoras com relação aos exames realizados no ensino primário em Jequié.⁹



Fonte: Arquivo Público da Bahia, 1959.

Aos docentes atribuem o bom êxito dos estudantes às práticas de normas atualizadas no sistema moderno que buscaram atender as propostas de mudanças oriundas da capital da Bahia. Diante desse contexto, consideramos pertinente inferir que aos docentes do Curso Normal do Instituto Estadual Régis Pacheco se colocava o desafio de promover uma formação capaz de romper com os mitos em torno da matemática e superar as dificuldades apresentadas para o ensino da mesma; aos discentes do curso, por sua vez, se fazia necessária a ressignificação de concepções a respeito do processo de ensino e aprendizagem da matemática que pudessem se constituir como um obstáculo para a aprendizagem da disciplina.

⁹ Transcrição de um trecho do texto da imagem 05: O método adotado na realização das provas finais do presente ano, pela sua simplicidade e maneira de penetração na compreensão dos alunos, bem demonstra o alto conhecimento didático de quem o formulou. Que continue a Secretaria de Educação, através de seu ilustre secretário, a nos proporcionar sempre, modificações que julgue necessárias na prática do ensino contemporâneo. [...] Está de parabéns o ensino educacional de Jequié pelo brilhante resultado obtido, dentro da nova orientação metodológica adotada nos exames finais, nas escolas primárias deste município. Orientação esta que despertou grande interesse por parte de todas as crianças, bem como, de todo professorado de Jequié.

A década de 1960 foi marcada por realizações de congressos e discussões em torno do ensino da matemática, no intuito de tornar a disciplina mais relacionada com o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do país, buscando, nesse sentido, adequar o ensino ao progresso e combater o ensino tradicional. Entretanto, essas ações não foram suficientes para ressignificar concepções e práticas educativas com relação ao ensino da matemática no Curso Normal do IERP. Cardoso (2016), ao relatar sua experiência enquanto discente do Curso Normal na década de 1970, destaca que:

(03) Nina Rosa Braga Cardoso: A matemática era vista como vilã, como até hoje. Basta saber que a maior incidência de dificuldade de aprovação está na matemática e nas matérias que dependem dela - nome verídico.

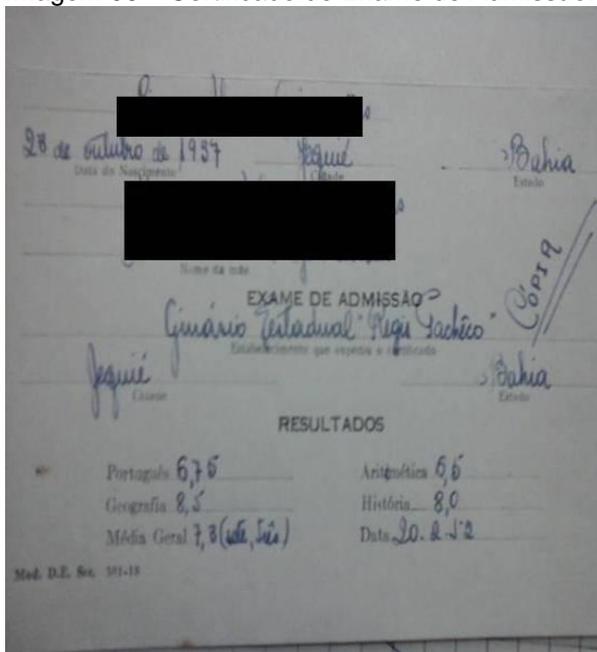
Quando as colaboradoras são indagadas a respeito de quais conteúdos matemáticos eram abordados no Curso Normal, as mesmas relatam:

(04) Nina Rosa Braga Cardoso: lembro-me bem que no último ano aprendia-se mais o que seria ensinado no primário já que nossa formação era essa. A matemática sempre teve a mesma importância que se tem hoje. Para descobrir novos segmentos da matéria, primeiro aprendem-se as quatro operações - nome verídico.

(05) Anísia Rosa Tourinho Simões de Carvalho: É como diziam, “Eu não suporto matemática”, eu detesto, mas não é, depende do professor [...] os alunos tinham pavor à matemática. Existia reprovação na disciplina? Existia, existia reprovação. Era grande? Era grande – nome verídico.

Desse modo, percebemos que as colaboradoras ratificam a afirmação de Valente (1999) no que diz respeito às concepções e mitos criados com relação à matemática. Somando-se a isso, destacamos a importância dada às quatro operações para o ensino da matemática no primário, o que pode se justificar, entre outras questões, pelo fato de que no Exame de Admissão avaliavam-se conteúdos de aritmética, conforme podemos observar na imagem abaixo.

Imagem 06 – Certificado de Exame de Admissão.



Fonte: CEEP Régis Pacheco, 1957.

O Decreto n.º 19.890/31, que regulamentou a obrigatoriedade do Exame de Admissão para ingresso nos Cursos ginasiais em todos os estabelecimentos escolares do país, expressa que:

O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais (BRASIL, Decreto n.º 19.890/31)

Os exames orais só seriam realizados com os candidatos que obtivessem desempenho igual ou superior a 50% do total da prova da disciplina. A exigência de aprovação no Exame de Admissão impunha ao ensino primário uma preocupação com a qualidade do ensino da matemática, entre outras disciplinas, pois os resultados obtidos pelos discentes nos exames de admissão revelariam, de certa forma, o desempenho da educação primária que, segundo estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 4.024, de 1961, em seu artigo 36, “O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em Exame de Admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária”. Ao falar sobre o Exame de Admissão, a colaboradora Carvalho (2016) destaca a

importância do Exame para incentivar os professores a se empenharem em oferecer um bom ensino da disciplina, a fim de que os alunos fossem aprovados no exame.

(06) Anísia Rosa Tourinho Simões de Carvalho: Essas professoras leigas que tinham curso particular e faziam questão de quando chegasse o admissão passasse tantos alunos. Diziam assim: passaram tantos alunos da professora [...], passaram tantos alunos da professora [...], então o professor se esmerava ali pra poder os alunos fazer média pra ter mais alunos no ano seguinte. [...] *E como eram os conteúdos matemáticos exigidos na prova?* Eram aquelas coisinhas fáceis mesmo, as continhas, como se escreve os numerais. *E as contas eram de que?* As quatro operações – nome verídico.

Na Bahia, as instruções e programas relacionados ao Exame de Admissão sofreram alterações desde a implementação do mesmo até a sua supressão, com LDB de 1971. Essas alterações foram realizadas, levando-se em consideração as reformas no âmbito educacional e, podemos assim dizer, no ensino da matemática. É pertinente colocar que, assim como os programas que orientaram os exames de admissão sofreram alterações, o ensino da matemática no Curso Normal também teve mudanças, pois aos profissionais formados nesse curso cabia a responsabilidade de promover a formação elementar em matemática dos estudantes do primário.

Ao pensarmos sobre o Exame de Admissão, nos remetemos a Bordieu (1998), quando afirma que a seleção realizada para a continuação dos estudos no secundário que se apoiava na aquisição de dons e méritos dos eleitos e estabelecia uma estreita relação com a estratificação social da sociedade, vindo a servir também para justificar as divisões e convencer os menos favorecidos de que a estratificação social era natural, pois alguns não haviam nascido para estudar e tampouco para ocupar posições sociais de dirigentes e realizar trabalhos não manuais, os quais dependiam dos estudos e, conseqüentemente, lhes ofereciam a possibilidade de mobilidade social ascendente. Quanto à forma de apresentar a disciplina e os recursos utilizados pelo professor no Curso Normal do IERP, Cardoso (2016) informa que o professor ensinava:

(07) Nina Rosa Braga Cardoso: mostrando a importância de saber somar, subtrair, multiplicar e dividir, os conteúdos eram explicados pelo professor usando o quadro que já era verde, giz branco e colorido, livro e caderno. Com a matemática dificilmente trabalhava em grupo, nas outras disciplinas sim, as equipes já eram formadas com líderes, existiam provas, argüições, chamadas ao quadro, etc. O professor ensinava explicando e tirando dúvidas – nome verídico.

Cardoso (2016) não relata em seu depoimento como era o ensino da disciplina metodologia da matemática, contudo, ao observarmos a grade curricular do Curso Normal, percebemos que a disciplina matemática, de fato, conforme aponta a discente, era valorizada no currículo, mas interpretamos que não havia apenas uma preocupação com os conteúdos, mas também com a forma de abordá-los, como podemos observar na imagem abaixo.

Imagem 07 – Grade curricular do Curso Normal de 2º ciclo do IERP, no ano de 1970.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO REGIS PACHÉCO										
CURSO NORMAL										BAHIA
1º ANO	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ing.	Arte	E.F.	Média Global		
	78	36	81	76	83	71	71	67	84	x
Instituto de Educação Régis Pacheco										1968
2º ANO	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ing.	Arte	E.F.	Média Global		
	78	72	72	70	72	70	71	x	x	x
Instituto de Educação Régis Pacheco										1969
3º ANO	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ing.	Arte	E.F.	Média Global		
	80	80	80	80	80	80	80	x	x	x
V. P. R. P.										1970
Diretor										Secretário

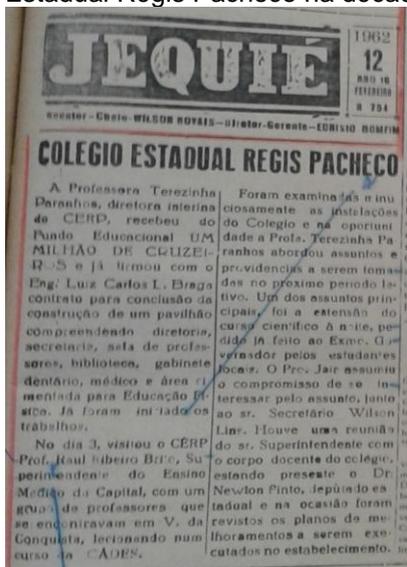
Fonte: CEEP Régis Pacheco, 1970.

O currículo do Curso Normal no ano 1970, período em que a colaboradora Nina Rosa Braga Cardoso estudava, era composto das seguintes disciplinas:

Português, Matemática, Didática, Geografia da Bahia, História da Bahia, Biologia Psicologia e Organização Social e Pública do Brasil (OSPB), no primeiro ano; Português, Estatística, Psicologia, Didática, Biologia, História Geral, Geografia, Psicologia, Organização Social e Canto, no segundo ano; Português, Estatística, Higiene, Psicologia, História da Educação, Ciências Sociais, Didática dos Estudos Sociais, no segundo ano; Português, Didática da Matemática e Língua Prática, Psicologia, Sociologia, Puericultura, Administração Escolar, Desenho Aplicado, Canto e Educação Artística, no terceiro ano do curso. Sendo assim, percebemos que, além de fornecer a matemática e a estatística (um ramo da matemática), o currículo do curso também ofertava disciplinas que contribuem para o ensino da disciplina, a saber, as disciplinas de didática e psicologia.

O Jornal Jequié, publicado em 1963, relata que o IERP recebeu a visita do professor Raul Ribeiro Brito, Superintendente do Ensino, com um grupo de professores que estavam em Vitória da Conquista lecionando em um curso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES).

Imagem 08 – Mudanças no Colégio Estadual Régis Pacheco na década de 1960.¹⁰



Fonte: Jornal Jequié. Ano 16, n.º 754.

Publicado em 12 de fevereiro de 1962.

¹⁰ Transcrição de parte do texto da imagem 08: Colégio Estadual Régis Pacheco/ [...] No dia 03, visitou o CERP Prof. Raul Ribeiro Brito, Superintendente do Ensino Médico da Capital, com um grupo de professores que se encontravam em V. da Conquista, lecionando num Curso da CADES. Foram examinadas minuciosamente as instalações do colégio e na oportunidade a Profa. Terezinha Paranhos abordou assuntos e providências a serem tomadas no próximo período letivo. [...]

A CADES foi um órgão criado pelo Ministério da Educação diante da preocupação com o ensino brasileiro frente às novas metas mundiais que visava a tornar a escolarização secundária mais democrática e conferir-lhe maior sentido social, tornando-a capaz de promover a formação de profissionais que pudessem contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do país. (FREIRE, 2009)

Embora essa preocupação fosse voltada, principalmente, para o ensino secundário, podemos inferir que a visita destes professores a uma escola que oferecia ensino secundário e Curso Normal, dentre outros, não teve suas ideias restritas para o ensino secundário, pois, conforme Julia (2001) defende, ao tomarmos a cultura escolar como objeto de estudo, não devemos estudá-la de forma desvinculada das relações de conflitos e consensos estabelecidas com outras culturas que lhes são contemporâneas em dado momento histórico estudado. Sendo assim, acreditamos que as inquietações com relação ao ensino da matemática no secundário, bem como as mudanças propostas para o ensino desta disciplina, influenciaram a formação docente no Curso Normal do IERP. Além disso, a colaboradora Carvalho (2016), ao falar sobre a formação continuada que teve quando era docente do Curso Normal do IERP, relata que:

(08) Anísia Rosa Tourinho Simões de Carvalho: quem não tinha nível universitário não podia ensinar, então teve que fazer o curso da CADES que equivalia ao nível universitário [...] nós fizemos em Salvador, inclusive eu tive um grande professor de desenho que foi Malba Tahan¹¹ [...] que escreveu aquele livro de matemática “O homem que calculava” [...] então a gente tinha que fazer o curso da CADES. Depois nós fizemos um concurso, fez o curso de um mês depois nós fizemos um concurso, aí recebemos a carteirinha que equivalia ao nível universitário. *E esse concurso era*

¹¹ Júlio César de Mello e Souza atendia pelo pseudônimo Malba Tahan, nasceu em 06 de maio de 1985, na cidade do Rio de Janeiro, teve formação inicial no Colégio Pedro II, fez Curso Normal no Rio de Janeiro e Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Escreveu dezenas de livros literários, escreveu também livros de Matemática e Didática da Matemática, foi um crítico severo da didática usual dos cursos de matemática da primeira metade do século XX e um pioneiro no uso didático da História da Matemática, na defesa de um ensino baseado na resolução de problemas não-mecânicos e na exploração didática das atividades recreativas e no uso de material concreto no ensino da Matemática. Atuou com catedrático na escola Nacional de Belas Artes, catedrático na Faculdade Nacional de Arquitetura, catedrático no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Faleceu em 1974 (SILVEIRA, 2016).

pra que, pra trabalhar ou pra ser aprovada no curso? Pra continuar a trabalhar como professor do colégio. Foi uma exigência? Foi uma exigência, não sei se foi do Estado, se foi do MEC. Terezinha Paranhos¹² também fez esse curso, foi eu Terezinha, Carlos Melhem¹³. E nesse curso, como eles abordavam os conteúdos da matemática? Eles davam a parte teórica e dava a parte da metodologia e nas outras disciplinas era a mesma coisa. Alguém do Curso Normal do IERP, também fez? Foi do IERP, foi todo professor, porque eu era do Normal, Terezinha Paranhos era do Normal, o ginásio todo, tanto do normal como do ginásio, do científico, todo professor que ensinava que não tinha o nível universitário, teve que fazer o curso da CADES – nome verídico.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n.º 5692/71) o ensino da matemática é reorientado dentro dos ideais do novo sistema político (Regime Militar). Essa LDB trouxe uma série de mudanças entre as quais se destacam: o aperfeiçoamento do ensino primário, no intuito de promover a expansão quantitativa das escolas; a institucionalização do ensino profissionalizante no ensino médio; a união do ensino primário ao ensino secundário através da extinção do Exame de Admissão; o estabelecimento de normas para o exercício da docência e propostas de mudanças no currículo. Sendo assim, o Curso Normal passa por alterações significativas, mudando, inclusive, sua nomenclatura.

3 CONCLUSÃO

Com a percepção da necessidade de escolarização das classes menos favorecidas para atender as demandas do contexto econômico e social do país, buscou-se investir no processo de formação docente para o ensino primário, visto que a demanda nesse nível de ensino era grande devido ao processo de institucionalização e da garantia de gratuidade do mesmo. O processo de formação docente ocorrido nos cursos normais contribuiu para o processo de profissionalização desses sujeitos devido, entre outros fatores, à exigência de

¹² Diretora do Curso Normal do IERP nas décadas de 1960 a 1970 (CARVALHO, 2016).

¹³ Professor de matemática do Curso Normal do IERP nas décadas de 1960 a 1970 (CARVALHO, 2016).

diploma para o ensino, ao reconhecimento social dos docentes e ao estabelecimento de normas e regras para reger a profissão. Em Jequié, o Curso Normal se constituiu em um símbolo do progresso da cidade e ascensão social das classes menos favorecidas, em especial ao público feminino, devido à feminização do corpo docente ocorrido no Curso Normal, pois lhes possibilitou o prosseguimento nos estudos e o exercício de uma profissão que, naquele período, tinha grande reconhecimento social.

A matemática escolar, outrora reservada à elite dominante passou a ocupar outros espaços, tendo em vista a necessidade desse conhecimento para a promoção do desenvolvimento do país. Diante das demandas impostas pelo contexto político, social e econômico, a partir de 1950, devido ao forte processo de industrialização, atribuía-se ao Curso Normal a responsabilidade de promover uma formação que fosse capaz de atender às demandas do mercado e possibilitar aos estudantes o prosseguimento nos estudos. Sendo assim, a matemática abordada no Curso Normal do IERP dava ênfase ao ensino de conteúdos da aritmética tendo em vista a formação elementar dos educandos para o prosseguimento nos estudos.

TEACHER'S FORMATION IN THE CURSO NORMAL IN JEQUIÉ: some remarks

ABSTRACT

This article presents results of the master's degree research in Mathematics Formation in the Curso Normal of Instituto de Educação Régis Pacheco-Jequié. The objective is to interpret the mathematical formation of the students of this course in the period from 1959 to 1971. It was used the bibliographic study, the documental analysis and also written and oral testimonies. The results show that the institute was created in a context of industrial development, which led to the expansion of primary schooling. In the Curso Normal of this institution, the mathematical training emphasized the teaching of arithmetic, in view of the primary education objectives.

Keywords: History of School Mathematics. Curso Normal. Primary school.

REFERÊNCIAS

AKSENEN, Elisângela Zaperlon. **Os Exames de Admissão ao Ginásio, seu significado e função na educação paranaense**: análise dos conteúdos matemáticos (1930 a 1971). 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

ARAÚJO, Émerson Pinto de. **Capítulos da história de Jequié**. Salvador: EGB editora, 1997.

BAHIA. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA). **Dep. Newton Pinto**. Disponível em: < <http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=440>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BAHIA. **Decreto n. 11.762 de 21 de novembro de 1940**. Reajusta o Instituto Normal de CARVALHO a Bahia, as Escolas Normais Rurais, dispõe sobre a fiscalização do ensino e dá outras providências. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/157214?show=full>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. **Lei 2.463 de 1967**. Lei orgânica do Ensino. Palácio do Governo do Estado da Bahia, 13 set. 1967. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85543/lei-2463-67>>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 8.530 de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 04 jan. 1946. Seção 1, p. 116. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 01 maio 1931. p. 6945. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BÚRIGO, Elisabete Zardo. O Movimento da Matemática Moderna no Brasil: encontro de certezas e ambigüidades. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba: PUCPR, v. 6, n. 18, p. 35-47, mai-ago, 2006.

CARDOSO, Nina Rosa Braga. **Nina Rosa Braga Cardoso**: depoimento escrito. [05 dez. 2016]. Entrevistadora: Cleide Selma Pereira dos Santos. Jequié, BA, 2016. Depoimento escrito (03 páginas). Depoimento concedido para a pesquisa de Mestrado sobre a formação matemática dos discentes do Curso Normal do IERP.

CARVALHO, Anísia Rosa Tourinho Simões de. **Anísia Rosa Tourinho Simões de Carvalho**: depoimento [14 dez. 2016]. Entrevistadora: Cleide Selma Pereira dos Santos. Jequié, BA, 2016. Gravação digital (21 min e 30 seg). Depoimento concedido para a pesquisa de Mestrado sobre a formação matemática dos discentes do Curso Normal do IERP.

COUTINHO, Amélia. Teixeira, Anísio. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Anisio%20Teixeira.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

DIAS, André Luís Mattedi. **Profissionalização dos Professores de Matemática na Bahia**: as contribuições de Isaías Alves e de Martha Dantas. Puclicatio UEPG, Ponta Grossa: UEPG, v. 16, n. 2, p. 243-260, dez. 2008.

DIAS, André Luís Mattedi. Uma história da Educação Matemática na Bahia. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300909600_ARQUIVO_ALMD.EducacaomatematicaBahia_revisado.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

DIAS, Alfrâncio Ferreira; BRITO, Daniela Regina Souza. Educação feminina em Jequié (BA) entre as décadas de 1960 e 1980. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristovão: UFS, n. 21, p. 46-66, set./out. 2015.

ECOS da formatura da Escola Normal do IERP. **Jornal Jequié**, Jequié, ano 16, n. 749, p. 01, 02 jan. 1962.

FERREIRA, Marieta de Moraes. GOULART, João. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FREIRE, Inês Angélica Andrade. **Ensino de matemática**: iniciativas inovadoras no Centro de Ensino de Ciências da Bahia (1965-1969). 2009. 102f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências)- Universidade Federal da Bahia/universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, SBHE, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: Estudos, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

NÓVOA, Antônio. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: _____. (Org.) **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto, 1995, p.13-33.

PANTOJA, Sílvia. KUBITSCHKEK, Juscelino. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>>. Acesso em: 10 out. 2016.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

SILVEIRA, José Francisco Porto da. **Malba Tahan**. Disponível em: <<http://julimnunes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2016

SOARES, Flávia. **Movimento da Matemática Moderna no Brasil: Avanço ou Retrocesso?**. 2001. 202f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED, n. 14, p. 61-88, mai-ago, 2000.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. **Historia da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

Correspondência:

Cleide Selma Pereira dos Santos. Mestranda em Educação Científica e Formação de Professores pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Especialista em Gestão Educacional e Licenciada em Pedagogia pela UESB, Especialista em Gestão Pública e Ensino de Sociologia para o Nível Médio pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal da Bahia, Campus Jequié-Bahia, Brasil. Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Matemática (NEPHEMAT), Jequié, Bahia, Brasil. Email: cleideselma10@hotmail.com

Janice Cassia Lando. Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso, Licenciada em Matemática pela Universidade do Estado do Mato Grosso. Professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié-Bahia, Brasil. Departamento de Química e Exatas. Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Matemática (NEPHEMAT), Jequié, Bahia, Brasil. Email: janicelando@gmail.com

Recebido em: 28 de dezembro de 2016.

Aprovado em: 06 de maio de 2017.